

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

99145-7/2007-DR/SC
ALESC

...CORREIOS...

Distribuição gratuita

Audiências entram na reta final

Grande Florianópolis encerra, dia 14, ciclo de reuniões para definir prioridades para Orçamento 2011



Solon Soares

Criciúma, Tubarão, Rio do Sul e Blumenau já sediaram os debates da segunda etapa do Orçamento Regionalizado, que termina, dia 14, com audiência em São José, quando a população da Grande Florianópolis vai apontar as suas prioridades para 2011.

O ciclo de audiências, que na primeira fase esteve em São Miguel do Oeste, Maravilha, Chapecó, Joaçaba, Caçador, Canoinhas, Lages e São Joaquim, é realizado pela Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado (OR), Comissão de Finanças e Tributação e Coordenadoria do Orçamento Estadual.

Páginas 6 a 8

No auditório da Furb, comunidade aponta prioridades para os municípios que integram SDRs de Blumenau e Brusque para o Orçamento de 2011

Agenda repleta de homenagens no Legislativo

Fábio Queiroz



O Parlamento realizou uma série de sessões solenes e especiais durante a semana para destacar a atuação de diversas entidades, instituições, equipes e atletas que têm se destacado no estado.

Entre elas, Hospital São Francisco de Concórdia, FME de Lages, atletas de Biguaçu, Associação de Pais e Amigos da Natação de Indaial, Avaí e Cimed.

Atletas são homenageados em sessão no Casarão Bonn, em Biguaçu

Páginas 3 a 5

Baía da Babitonga se mobiliza contra porto privado

Alberto Neves



Deputados ouvem reivindicação contra construção de terminal

Página 10

APROVADOS

Limite à remessa de cartões magnéticos

Menor tempo nas filas de agências bancárias

Garantia de descarte para lâmpadas fluorescentes

Novas regras para fixação de preço ao consumidor

Velocidade padronizada para lombadas

Página 11

Promulgada PEC que amplia poder de fiscalização na administração indireta

Página 11

Leis sem valor à cidadania

Uma Assembleia Legislativa é essencialmente um ambiente onde se discutem e se criam leis. Um projeto de lei nasce de ideias, necessidades, realidades e vontades.

Orgulho-me de que o meu primeiro projeto de lei, depois de quase dois anos tramitando nas comissões, venceu lobbies e bons questionamentos, quebrou barreiras, integrou uma emenda global com outros similares que também tramitavam na Casa e virou lei. Uma lei mais branda em relação a que propus originalmente, mas com o mesmo espírito. É da dialética e do possível. Refiro-me à proibição do ato de fumar em ambiente público e fechado em Santa Catarina.

Ao mesmo tempo em que comorei a conquista dos catarinenses que prezam a saúde e a qualidade de vida, respeitando sempre a decisão autônoma de

quem deseja fumar, decepione-me também. É que passados sete meses após a sanção do Projeto de Lei pelo governador, aprovado por unanimidade na Assembleia, até o momento, tal lei não foi regulamentada.

Se a lei não é regulamentada, ela também não poderá ser exigida. Não há punição, não há efetiva restrição, não há o verdadeiro exercício da cidadania. É uma lei, mas sem força coercitiva ou exigibilidade. Pior, o governo lavou as mãos. Nem ao menos arriscou uma campanha de informação, sinalização, conscientização ou educação.

Nos municípios onde lei similar prosperou, como é o caso de Florianópolis, há regulamentação, há conscientização, há fiscalização, há punição e há explícita responsabilidade de cada parte.

Quando converso com

os deputados esta queixa é recorrente: a regulamentação da lei, apesar de ser um ato imperioso na maioria dos casos para a sua eficácia, acaba sendo um acessório esquecido. E eu não entendo como um governo sanciona uma lei e ao mesmo tempo a deixa sem valor para o exercício da cidadania dos catarinenses. É preciso mudar. É preciso conscientização. É preciso agir. É preciso dar à lei o verdadeiro valor cidadão e a eficácia. Não apenas um uso político.

Fiz uma dezena de projetos de lei em menos de dois anos de atuação no parlamento catarinense. Eu os fiz para valer. Valer como lei, como o que permite a cobrança da dívida do condomínio já sancionado pelo governo do Estado.

Deputado Giancarlo Tomelin (PSDB)

Pela Defensoria Pública em Santa Catarina

Estimativas apontam que a cada 15 segundos uma mulher é vítima de violência no país. No ano passado, 103 mulheres foram assassinadas em Santa Catarina. Este ano já se contabilizam 47 mortes. Um dado preocupante que precisa ser debatido e combatido. O Estado tem papel fundamental na luta contra toda e qualquer forma de violência, criando políticas públicas, educativas e preventivas, que coíbam a prática e a impunidade. Não adianta agir só depois do conflito. Não queremos que essa mulher seja espancada, morta e vire manchete de página policial.

É urgente a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina, único estado que não cumpre o Artigo 134, da Constituição Brasileira de 1988, que garante a orientação jurídica e a defesa aos que não tem condições de pagar um advogado.

Um direito pressuposto por seis artigos da Lei Maria da Penha, criada para prevenir e combater a violência doméstica.

É inconcebível que um estado com uma das melhores qualidades de vida do país se omita, deixando as pessoas desfavorecidas à mercê da própria sorte, descumprindo assim um dos direitos fundamentais: o acesso ao direito e à justiça.

Parafrazeando o ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello, a criação da Defensoria não é opção dada ao Legislador, mas determinação imposta à União e aos Estados, cujo descumprimento implica ofensa aos princípios da dignidade da pessoa humana e do acesso à jurisdição.

A falta de abrigos e delegacias especializadas também compromete o cumprimento da Lei Maria da Penha. Apenas

8% dos municípios do Estado possuem delegacia da mulher. Uma realidade que será revertida quando o Estado aderir ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, uma espécie de fundo, com R\$ 1 bilhão de recursos, destinado pelo governo federal.

Cabe destacar o papel importante que a defensoria dativa cumpriu e cumpre no combate à violência, depois do conflito instalado e julgado. Mas ainda sim, o Estado tem que garantir o cumprimento da lei, na prevenção, com ações que protejam à mulher dos agressores e assassinos. Os dois modelos de defensoria vão coexistir, mas devem evoluir para um sistema mais avançado, como assim determina a constituição.

Deputada Ângela Albino (PCdoB)

Tecnologia na vanguarda

Os 18 anos do setor de tecnologia do Poder Legislativo, criado em maio de 1992, a partir da Resolução DP 42, foram celebrados na sessão ordinária do dia 1º pelo deputado Renato Hinnig (PMDB). Ao entregar uma placa em nome do Parlamento, ao diretor Carlos Mestre Crespo Luz, o deputado resgatou a trajetória histórica do serviço.

No período de 1992/1993, o setor definiu a implantação de uma rede de computadores. "Esse foi um processo difícil, na época, uma vez que em qualquer órgão federal, estadual ou municipal não existia nenhuma experiência em rede Novel voltada para os objetivos do Legislativo", frisou. Com a instalação, a rede passou

a atender inicialmente três divisões: de Taquigrafia, de Anais e de Serviços Gráficos com a finalidade de agilizar e minimizar custos na elaboração de documentos, que eram submetidos à diagramação e, posteriormente, à impressão do Diário da Assembleia.

Segundo Hinnig, os avanços atribuíram ao Legislativo referência nacional no que diz respeito à informatização dos legislativos estaduais. "Atualmente com um conjunto de aplicações orientadas para atividades relacionadas à Casa, o setor vem desenvolvendo diversos sistemas para aprimorar e agilizar as atividades." Em dezembro de 2009, a Coordenadoria de Informática foi transformada em Diretoria de Tecnologia e Informações.

[AGENDA]

• **Dia 14, 14h** - Audiência pública do Orçamento Regionalizado
Local: Auditório do Centro de Eventos TerraFirme - São José

• **Dia 14, 19h** - Sessão especial em homenagem ao artista plástico tubaronense Willy Zumblick (in memoriam)
Local: Plenário

• **Dia 14, 19h** - Abertura da exposição Willy Zumblick
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **Dia 14, 19h** - Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência pública "O uso do crack"
Local: Plenário da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul

• **Dia 16, 17h** - Comissão de Saúde - Audiência Pública para discutir a profissão de médico como carreira de Estado
Local: Plenarinho

• **Dia 18, 14h** - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública sobre os impactos das multas ambientais aplicadas aos agricultores familiares na região da Amarp
Local: Salão Paroquial Santo Antônio - Lebon Régis

• **Dia 18, 19h** - Comissão de Educação - Audiência pública para promover o debate sobre o Projeto de Lei 594/2009, que institui a Política Estadual de Incentivo à Cultura e à Arte Hip Hop, bem como o PL 11/2010, que institui o Dia Estadual do Hip Hop
Local: Sindicato dos Bancários - Chapecó

• **Dia 18, 20h** - Sessão solene em homenagem a Içara pela passagem dos 50 anos de emancipação político-administrativa
Local: Clube Ipiranga - Içara

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)
1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4ª Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Jussie Sedrez Chaves, Patrícia Schneider de Amorim e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso.

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves

Parlamento presta homenagem ao Hospital São Francisco de Concórdia

Deputados destacam 75 anos de fundação da entidade, que atende 14 municípios da região Meio-Oeste

Rossana Espezin

Representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do comércio, indústria e demais setores da Associação dos Municípios do Meio Oeste (AMOC) prestigiaram a homenagem da Assembleia Legislativa aos 75 anos de fundação do Hospital São Francisco de Concórdia. A sessão solene foi realizada, dia 7, no auditório da instituição, em Concórdia, por indicação do deputado Moacir Sopelsa (PMDB).

Na ocasião, além da hospital, receberam placas de reconhecimento pelo trabalho prestado à saúde em Santa Catarina, o Padre Niversindo Antônio Cherubim, superintendente da Sociedade Beneficente São Camilo; o médico Ângelo Vieira (in memorian); o empresário Romano Ancelmo Fontana (in memorian), presidente do Conselho Administrativo do Grupo Sadia em 1980 e a Irmã Lídia Paravisi.

Devido à importância do São Francisco, responsável pelo atendimento hospitalar de praticamente 14 municípios, o Legislativo esteve em Concórdia para prestar a homenagem. "Precisamos mostrar à sociedade catarinense o exemplo de êxito que é a história do hospital", enfatizou Sopelsa.

A noite também contou com a participação do Coral da Assem-

bleia regido pelo maestro Reginaldo da Silva.

Trajectoria

No seu pronunciamento, o deputado Sopelsa relembrou a trajetória do hospital inaugurado oficialmente em 1935. Naquele ano, Frei Maionolfo trouxe de Porto Alegre médico Moisés Kutin, considerado o primeiro profissional da área de saúde formado a estabelecer-se na região. "Atualmente, vários concordienses se formam em medicina, enfermagem, administração hospitalar e podem voltar para trabalhar na sua cidade garantindo qualidade de vida ao Meio Oeste", falou o parlamentar.

Representando o governador do Estado, Leonel Pavan, o secretário de Desenvolvimento Regional de Concórdia, Valmor Fiametti, lembrou que o Hospital São Francisco e o município de Concórdia têm praticamente a mesma idade, 75 e 76 anos, respectivamente, e que suas histórias se confundem. O secretário destacou o papel fundamental da instituição durante o surto de Gripe A ocorrido no ano passado. Concórdia, segundo ele, foi o município mais atingido do estado, e a situação só pode ser controlada pela "existência de uma unidade hospitalar referência



Deputado Moacir Sopelsa, autor do pedido de homenagem, entrega placa à direção do hospital

em Santa Catarina".

A qualidade dos profissionais e a excelente infraestrutura foram tema também do discurso do prefeito de Concórdia, João Girardi (PT). Ele agradeceu "aos homens de bem que pregam a missão da paz, amor e carinho", exaltando, principalmente os "médicos pioneiros" que se estabeleceram na cidade no século XX. Girardi ressaltou a importância das Unidades de

Terapia Intensiva adulto, infantil e neonatal para que os pacientes possam receber tratamento no município de origem.

Gilson Silveira, diretor administrativo do Hospital São Francisco, lembrou que atualmente, há muito para comemorar: são 218 leitos, 477 funcionários, 73 médicos que contabilizam uma média anual de 7.970 cirurgias, 1.130 partos e 61 mil atendimentos.

Dentre os trabalhos sociais desenvolvidos pela Pastoral da Saúde, constam visitas domiciliares, assistência social e projetos educacionais. O São Francisco ainda é considerado referência nas áreas de Ortopedia/Traumatologia (coluna, joelho, mão, ombro, quadril e outros segmentos), Neurocirurgia, Urgência/Emergência e Terapia Renal Substitutiva/Nefrologia.

Sessão Especial comemora 25 anos da Fundação Municipal de Esportes de Lages

Rose Padilha Ferreira

O Parlamento celebrou, dia 9, os 25 anos da Fundação Municipal de Esportes de Lages, atendendo o requerimento da bancada do PP. A sessão foi presidida pelo deputado Kennedy Nunes, na presença de autoridades lageanas, atletas e convidados.

Um vídeo institucional mostrou os diversos projetos desenvolvidos pela Fundação, integrando a comunidade ao esporte. Entre eles, o Bate-Bola na Escola, que forma jovens esportistas em diversas modalidades, promovendo a inclusão social através do esporte; o Jocol (Jogos Comunitários de Lages) e a Academia da Terceira Idade.

Para Marcelo Kowalski, superintendente da Fundação Municipal de Esportes daquele município, a homenagem do

Parlamento é o reconhecimento de duas décadas e meia de um trabalho de integração através do esporte, descobrindo novos valores e talentos. "O que nos diferencia é a participação coletiva nos projetos e ações, com repercussão na qualidade de vida de toda a comunidade".

O vice-prefeito de Lages, Luiz Carlos Pinheiro, afirmou, em seu pronunciamento, que o a união entre o poder público e a comunidade possibilita a realização de um trabalho que forma cidadãos. "O esporte é a base de uma sociedade, pois agrega bons princípios e valores. Hoje é um dia histórico para o esporte de Lages".

Renato Nunes de Oliveira, prefeito de Lages, disse que "o município saiu da mesmice para ser exemplo e orgulho para Santa Catarina". Emocionado, agradeceu a homenagem do Parlamento e a

equipe de servidores e colaboradores da Fundação Municipal de Esportes, que permitem a realização de projetos e ações.

Em reconhecimento ao apoio fundamental aos atletas que têm representado com sucesso o município no cenário nacional e internacional, o Parlamento homenageou o superintendente da Fundação, Marcelo Kowalski, com uma placa comemorativa. Pelo apoio ao esporte, à realização dos jogos comunitários e incentivo à prática de esportes pela terceira idade, o prefeito também recebeu o reconhecimento da Assembleia.

Em nome da Assembleia, o deputado Kennedy entregou placas ao paraatleta Edilson Pereira (Bastião); ao atleta Roberto Sá, representado na ocasião por Olavo Batista; e ao mestre internacional de xadrez, Alfeu Júnior

Varela Bueno.

O deputado Kennedy Nunes, ao encerrar a solenidade, destacou que o trabalho da Fundação é exemplo para os demais mu-

nicipios do Estado. "Lages faz a inclusão social pelo esporte, com disciplina e disputa sadia, imunizando o jovem a entrar em descaminhos, como as drogas".



Vice-prefeito e prefeito de Lages recebem placa de Kennedy Nunes

Parlamento enaltece atletas de Biguaçu

Esportistas de renome nacional, como André Santos e Marquinhos, são destacados em sessão solene

Alexandre José Back

Atletas de Biguaçu foram homenageados, dia 2, no Centro Cultural Casarão Born, em Biguaçu. Na sessão solene, proposta e conduzida pelo primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), 184 atletas e ex-atletas receberam placas e certificados de honra ao mérito.

A cerimônia foi inspirada no livro "O Esporte é Massa", da vereadora Salete Cardoso. Foram homenageados esportistas de renome nacional, como André Santos, ex-Figueirense e seleção brasileira, e Marquinhos, ex-Avaí e atualmente no Santos. Destaques a atletas de outras modalidades também foram concedidos, como do handebol, vôlei, automobilismo, atletismo, vela e surf.

O objetivo do evento, segundo Jorginho Mello, foi demonstrar o reconhecimento do Parlamento aos atletas que fizeram a história do esporte no município. "Vamos aplaudir as pessoas que fizeram do esporte um meio de vida e trouxeram orgulho e alegrias não somente a Biguaçu, mas a todo o estado".

Salete Cardoso, ex-atleta, destacou a importância das atividades esportivas para a cidadania. "A sociedade deve enxergar o esporte não só pelas honrarias que pode trazer, mas também pelo que ele pode proporcionar como valorização pessoal". Para Salete, o desenvolvimento da atividade não se dá somente com a construção de novos ginásios e pistas, mas também através do reconhecimento



Fotos Fábio Queiroz

Centro Cultural Casarão Bonn, em Biguaçu, é palco de solenidade promovida pelo Parlamento para celebrar força do município no esporte

do capital humano. "Essa cerimônia é um referencial para Santa Catarina. Cada lágrima, cada dor que os atletas tiveram que passar foram valorizados hoje".

Para Adelaide Lara Vieira, ex-atleta homenageada, também os professores devem ter seu trabalho enaltido, pelo papel que exercem na formação de novos profissionais. "Derrotas e vitórias fazem parte do nosso dia-a-dia e quase todos nós recebemos, no começo de nossa carreira, o estímulo de um professor. Temos sempre que lembrar que o esporte salva vidas."

O papel social das práticas esportivas também foi destacado por Ramon Wollinger, vice-prefeito de Biguaçu. Wollinger agradeceu o apoio do empre-

sariado e entidades locais no sucesso em revelar atletas.

Um dos profissionais mais destacados na cerimônia foi Célia Maria Goedert Neis, que conquistou a primeira medalha de ouro para o estado. A conquista se deu nos Jogos Escolares Brasileiros de Maceió, em 1972, na modalidade 800m rasos. Aos 53 anos, Célia, que seguiu no esporte como técnica de atletismo, hoje aposentada, afirmou estar "muito surpresa com a homenagem e feliz com a lembrança a tantos talentos formados no município".

Dos cinco atletas catarinenses que representaram o Brasil na Paraolimpíada de Pequim, em 2007, três são de Biguaçu. Um deles é Sidnei Antolino Lopes, duas vezes

medalista de ouro. Portador de deficiência mental e cadeirante, Lopes foi campeão em arremesso de peso e corrida com cadeira de

rodas. Além dele, foram homenageados os paraatletas Vivian Maria Barbosa, destaque no salto à distância, e Ednilso Dutra, na corrida.



Proponente da homenagem, Jorginho Mello aplaude medalhista de ouro

Ato solene celebra os 60 anos da Legião Brasileira da Boa Vontade no Brasil

Rose Padilha Ferreira

Os 60 anos de criação da Legião da Boa Vontade (LBV) no Brasil foram comemorados em ato solene na noite do dia 1º, no auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa.

A homenagem foi proposta

pelo deputado Darci de Matos (DEM) e reuniu um grande número de integrantes da LBV, além de autoridades estaduais e municipais.

Nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 1º de janeiro de 1950, por iniciativa do jornalista Alzira Zarur, a LBV presta atendimento solidário e ecumênico através de suas 74 uni-

dades espalhadas pelo país, com ações socioeducacionais voltadas às crianças, jovens e idosos.

Para o gerente regional da LBV, que representa a região Sul do Brasil, Claudemar José Ferreira, a homenagem realizada pelo Parlamento catarinense é o reconhecimento do trabalho desenvolvido

pela LBV. "Como afirma o diretor presidente da LBV, José Paiva Neto, são seis décadas ao lado do povo, ajudando-o a suplantar as mais árduas peijas da vida", observou.

O deputado Darci, em seu pronunciamento, destacou a atuação da LBV no estado, um trabalho que hoje está consolida-

do em Santa Catarina. "As ações da LBV são de fundamental importância para o resgate da cidadania e formação dos brasileiros", afirmou o parlamentar. Foram homenageados com a entrega de placas comemorativas pelo Parlamento os dirigentes da LBV presentes à solenidade.

Eduardo Guedes de Oliveira



Requerente da homenagem, deputado Darci de Matos ressalta trabalho da entidade em defesa da cidadania

Os homenageados

- Claudemar José Ferreira/gerente regional da LBV, que representa o Sul do Brasil;
- Diomara Abigail da Silva/gerente da LBV Joinville;
- Sérgio Antonio Morello/gerente da LBV Florianópolis;
- Luciane Aparecida Pereira/gerente da LBV Blumenau.

Sessão solene presta homenagem aos atletas da natação de Indaial

Parlamento destaca trabalho de Equipe da Associação de Pais e Amigos da Natação, que conquistou 47 medalhas em 2009

Tatiani Magalhães

Em reconhecimento à dedicação e às conquistas dos 47 atletas que compõem a Associação de Pais e Amigos da Natação (APAN), de Indaial, a Assembleia Legislativa realizou dia 28 uma sessão solene, na Câmara de Vereadores, para homenagear a equipe. Solicitada pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM), a solenidade, além de comemorar os avanços da natação em Santa Catarina, teve como propósito destacar a importância do esporte na saúde das crianças, jovens, e adultos. Também foi feito um alerta sobre a falta de recursos que impede maiores conquistas.

Ao considerar o evento histórica, por ser a primeira vez que o Poder Legislativo promove uma sessão no município, Cesar Júnior abriu os trabalhos enaltecendo o potencial da natação e o orgulho que os pequenos vitoriosos vêm trazendo para os catarinenses. "É muito bom ver o trabalho de qualidade desenvolvido pela APAN, e o sonhos dessas crianças se realizarem, mas temos consciência que o apoio financeiro a projetos deste porte são fundamentais para o crescimento. Vamos voltar nossa atenção para o esporte, em

especial a natação", anunciou.

Na oportunidade, o parlamentar falou sobre o projeto de lei, de sua autoria, que visa reservar 20% dos recursos destinados ao setor para o esporte olímpico. "Tendo em vista que teremos em breve uma olimpíada a ser realizada no Brasil, queremos assegurar aos catarinenses melhores oportunidade para se preparar para a competição", anunciou.

Representando a APAN, Jorge Alberto Jacobsen resgatou os primeiros passos da instituição, que teve seu primeiro grupo montado em março de 2005, com a parceria de 16 pais e 25 alunos. Atualmente com 43 pais e 47 alunos e um técnico, o grupo vem trabalhando em busca de medalhas, zelando pelo projeto que abrange qualidade de vida e saúde. "Entre algumas conquistas, 47 medalhas, sendo 23 de ouro, 13 de prata e 9 de bronze, conquistadas no campeonato estadual de categorias, realizado em dezembro de 2009, com a participação de mais de 360 atletas, representando 23 clubes de Santa Catarina", ressaltou. Porém, a natação de Indaial não vive só de vitórias, a falta de recursos e de um ônibus para transportar os atletas para



Deputado Cesar Souza Júnior cumprimenta nadadora Letícia Bianca Zenck, de 14 anos, considerada a melhor de SC

as competições dificultam o trabalho da equipe. "Faço um apelo para que autoridades presentes se mobilizem para suprir essa necessidade", frisou.

Considerada a melhor atleta de Santa Catarina, na categoria 100 metros nado borboleta, Letícia Bianca Zenck, de apenas 14 anos, falou em nome dos homenageados. Emocionada, ela agradeceu em nome de todos, a Deus, e em especial aos familiares que participam ativamente da rotina de treino dos alunos. "Sabemos que a natação é um esporte

caro, mas a confiança e a união nos fortalece todos os dias, nos dando esperança para continuar em busca dos nossos sonhos. O apoio dessa grande família são nossas armas para nunca desistir", destacou. Bianca ressaltou que "a homenagem prestada reflete nosso esforço e potencial. Somos mercedores e por esse ideal vamos continuar lutando".

O prefeito de Indaial, Almir do Santos (PMDB), e o presidente da Câmara de Vereadores, Henrique Fritz (PMDB), falaram com orgulho da equipe de natação

que dia após dia vem crescendo e se destacando nacionalmente. "Sabemos que a APAN conta com recursos da Fundação Municipal de Esportes de Indaial, porém temos consciência que precisamos de novos recursos. Vamos buscar, junto ao Legislativo, apoio para a natação", mencionou Henrique. Para Almir, a APAN, em apenas seis anos de fundação, já obteve conquistas recordes. "Com o nosso apoio e a determinação dos atletas, tenho certeza que a natação de Indaial vai além de medalhas nacionais", disse.

Deputados destacam conquistas históricas do Avaí e Cimed

Lisandrea Costa

Sessão especial homenageou, dia 31, o Avaí Futebol Clube e a Cimed Esporte Clube. A solenidade foi proposta pelos deputados Joares Ponticelli (PP), Cesar Souza Júnior (DEM) e Marcos Vieira (PSDB) para comemorar o bicampeonato catarinense de futebol, conquistado pelo Avaí após 67 anos, e o tetracampeonato brasileiro da Super Liga de Vôlei, obtido pela Cimed.

Cesar Souza Júnior disse que a sessão especial reconheceu o êxito esportivo de duas das mais importantes equipes do esporte catarinense. Ele agradeceu à Cimed por ter escolhido Florianópolis como sede do clube e frisou o trabalho social do Avaí, que "não desenvolve apenas atividades de recreação, mas contribui para a formação dos jovens". O novo acesso viário ao Estádio da Ressaca foi cobrado das autoridades competentes pelo parlamentar.

Também torcedor avaiano, Joares Ponticelli frisou a participação do Avaí no campeonato brasileiro, já que o time é o único representante catarinense na primeira divisão do futebol nacional, atualmente. Disse ainda que a população de Santa Catarina

está aprendendo a gostar mais de voleibol, o que é mérito da Cimed, equipe que ganhou quatro dos cinco troféus que disputou na Superliga Nacional de Voleibol, conquistou um vice-campeonato e um campeonato sulamericano.

A placa em homenagem à Ci-

med foi conferida ao representante do grupo, Francisco Eduardo da Luz Lins. "Quando o esporte é homenageado, significa que estamos fazendo um bom trabalho", disse. Ele agradeceu ao Grupo Cimed pelo apoio e informou que estão em fase final as tratativas

com o município de Florianópolis e o governo do Estado, em busca de recursos para o que o time continue representando a cidade. Lins acrescentou que a comunidade local precisa de um bom ginásio de esportes, não apenas para as competições de voleibol, mas como incentivo também para as outras modalidades.

Homenageado em nome do Avaí, o presidente do Clube, João Nilson Zunino, agradeceu a todos os deputados pela sensibilidade de conferir essa homenagem.

"O Avaí tem 87 anos e leva a bandeira catarinense, com muito orgulho, para onde vai, porque não representa apenas a ilha ou apenas o município de Florianópolis, mas todo o estado", enfatizou.

O presidente do clube informou que o estádio está sendo ampliado e que dentro de três anos vai ter capacidade para receber 40 mil pessoas, com conforto e segurança para as famílias dos torcedores.



Requerida pelos deputados Joares Ponticelli, Marcos Vieira e Cesar Souza Júnior, solenidade homenageia esportistas

Finanças vai apresentar PEC



Marcos Vieira: credibilidade

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Marcos Vieira (PSDB), está empenhado em resgatar a credibilidade das audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Neste sentido, ele prepara Proposta de Emenda Constitucional, a ser apresentada pela comissão no segundo semestre, dando caráter impositivo para a execução das propostas eleitas como prioridade pelos catarinenses.

Para que as propostas tenham caráter impositivo, Marcos Vieira lembra que elas precisam ter viabilidade orçamentária, ou seja, devem ter recursos disponíveis no Orçamento para serem executadas. Dessa maneira, a PEC deve abrir caminho para que as regiões saibam do valor que vão dispor na peça orçamentária. Recursos estes que serão pulverizados e aplicados nas prioridades eleitas pelas regionais. "Vamos trabalhar com parâmetros, ou seja, as regionais terão um valor calculado proporcionalmente à população, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), entre outros", observou. Marcos Vieira acredita que a nova metodologia garantirá tratamento criterioso e isonômico às regiões, resgatando, sobretudo, o interesse das lideranças pelas audiências públicas.

Para aumentar o público nas reuniões, Marcos Vieira vai apresentar também um projeto de lei complementar, tornando obrigatória a realização concomitante das audiências com as reuniões dos conselhos de desenvolvimento regional, órgão deliberativo das Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Blumenau elege malha viária

Regionais de Itajaí, Timbó e também de Brusque apontam as prioridades para o orçamento

Em audiência dia 9 no auditório da Furb, em Blumenau, as regionais de Itajaí, Timbó, Blumenau e Brusque priorizaram melhorias na malha viária e hospitais, bem como a construção de moradias urbanas. A prevenção às cheias também alvo de pedidos para dragagem e desassoreamento de rios. A reunião foi presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), integrando o ciclo de audiências, realizado por intermédio da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, Comissão de Finanças e Tributação, coordenada e presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), e Coordenadoria do Orçamento Estadual.

Chamando a atenção para a pequena presença do público, os deputados reconheceram que as audiências do Orçamento Regionalizado (OR) passam por um período de descrédito. Para a deputada Ana Paula Lima (PT), "isto se deve ao fato de que o governo estadual não mostra nenhum comprometimento com a execução das prioridades elencadas pelas regionais". Segundo ela, das 127 prioridades destacadas nas audiências do ano passado, 83 dela não receberam verbas para execução. "Precisamos que o governo do estado reconheça seu papel", exclamou.

Para o deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), "o que é executado é mais por coincidência do que por respeito ao que é decidido nas audiências públicas". Peninha defendeu a aprovação da emenda constitucional de sua

autoria, que estabelece que 8% dos recursos que o estado destina a investimentos seja reservado à execução das obras elencadas pelas regionais. Segundo o parlamentar, atualmente algumas prioridades elencadas têm custos excessivos, o que torna impossível sua execução. "Com a fixação de um percentual próprio no orçamento estadual teríamos a certeza de ver os pleitos atendidos, ainda que restritos ao valor fixado", explicou.

A iniciativa recebeu o apoio do deputado Giancarlo Tomelin (PSDB), que levantou também a possibilidade de tornar obrigatória a execução das obras prioritizadas. Tomelin, entretanto, sugeriu que se incluía nas discussões o governador eleito para a próxima legislatura.

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) destacou que a sobreposição dos papéis dos conselhos de desenvolvimento regional e das audiências, o que estaria afetando o interesse das reuniões. "Quando o orçamento regionalizado foi criado, os conselhos não existiam. Defendo que as audiências sejam aperfeiçoadas".

É fundamental, para o deputado licenciado Jean Kuhlmann (DEM), que conselhos de desenvolvimento trabalhem de modo integrado às audiências, para que um planejamento de longo prazo seja alcançado. "Nossa obrigação é fazer com que o máximo de obras saiam do papel, não permitindo que os recursos se percam na estrutura burocrática do estado".



Solon Soares

Deputado Darci de Matos conduz reunião no auditório da Furb

Legislativo cumpre papel

Para o deputado Gilmar Knaesel (PSDB), a Assembleia tem feito a sua parte ao levantar as prioridades e ajudar na montagem da peça orçamentária estadual. "Esse é o modo mais transparente e democrático de levar a cada região do estado verbas que possam ser aplicadas as suas realidades", destacou.

Mesmo com a baixa execução das prioridades, muitos avanços foram conseguidos, segundo o deputado Dagomar Carneiro (PDT). O crescimento da receita estadual e os repasses federais, por si só devem incrementar a execução das demandas regionais, segundo o deputado Lício

Mauro da Silveira (PP).

Participaram também da audiência, entre outros, Sandra Regina Eccel, secretária da SDR de Brusque; Roberto Tribess, vereador e vice-presidente da Câmara de Blumenau; José Arildo de Castilho; vice-prefeito de Doutor Pedrinho; Rogério Raul Theiss, secretário de Desenvolvimento Regional de Timbó; Raimundo Mette, secretário de Desenvolvimento Regional de Blumenau; Sérgio Almir dos Santos, prefeito de Indaia; Felipe Belotto, diretor do orçamento de Brusque; Fátima Terezinha Ceruti Arruda, representando o prefeito de Gaspar, Maria Regina de Souza, secretária da Saúde de Pomerode.

As escolhas das regionais

Blumenau

(Gaspar, Ilhota, Luis Alves e Pomerode)

Audiência 2010

- Manter convênio para média e alta complexidade hospitalar;
- Alternativa paralela – rodovia Guilherme Jensen SC-474;
- Pavimentação SC Pomerode-Blumenau

Audiência 2009

- Manter convênio para média e alta complexidade hospitalar;
- Rodovia Guilherme Jensen SC-474;
- Revitalização do roteiro rural

Brusque

(Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas)

Audiência 2010

- Melhoria e construção da 3ª pista da rodovia SC-411
- Asfaltamento do trecho Brusque / Guabiruba / Blumenau.
- Pavimentação do trecho Brusque / Camboriú / Vila Limeira.

Audiência 2009

- Pavimentação trecho Brusque/Camboriú/Vila Limeira;
- Asfaltamento do trecho Brusque/Guabiruba/Blumenau;
- Melhoria da rodovia SC-411

Itajaí

(Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo)

Audiência 2010

- Construção da ponte sobre o rio Itajaí-Açú;
- Dragagem e desassoreamento dos principais rios da região;
- Moradia urbana

Audiência 2009

- Unidade prisional na região;
- Implantação do novo acesso viário Itajaí/Navegantes;
- Hospital regional de atendimento de urgência

Timbó

(Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Rodeio)

Audiência 2010

- Pavimentação na estrada que liga Encano/Ascurra;
- Apoio ao sistema viário
- Construção da SSP;
- Construção do anel viário SC-477 / SC-416 / BR-470

Audiência 2009

- Asfaltamento da estrada que liga Encano/Ascurra;
- Apoio ao sistema viário;
- Construção de unidade da SP

Agenda

- 14 de junho, às 14 horas - Audiência da Grande Florianópolis - Centro de Eventos em São José

GERAL

Cleia Maria Braganholo



Entre os quatro estados que mais recebem turistas no Brasil e três vezes eleita como o melhor destino turístico do país, Santa Catarina tem a atividade ligada ao mar e ao sol

Temporada de verão 2011 em debate

Audiência lança desafios em torno de medidas para segurança pública, saneamento básico e mobilidade urbana

Segurança pública, saneamento básico e mobilidade urbana foram os principais problemas apontados pela audiência pública que discutiu a temporada de verão 2010 no litoral catarinense. A reunião foi realizada dia 27, no Plenarinho Paulo Stuart Wright, por iniciativa da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, por intermédio do deputado Edison Andrino (PMDB), reunindo representantes da Santur, prefeituras municipais, Marinha, Polícia Militar, Casan, Celesc e lideranças do empresariado turístico.

Valdir Rubens Walendowsky, secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e presidente da Santur, destacou que Santa Catarina é hoje um dos quatro estados que mais recebem turistas no Brasil e foi escolhido por três vezes consecutivas o melhor destino turístico brasileiro. Citando pesquisas da Embratur, ele afirmou que 50% do turismo realizado em Santa Catarina e no país é baseado em atividades ligadas ao sol e ao

mar. "O governo vem priorizando o litoral, sem deixar de promover as outras nove regiões turísticas do estado. Estamos trabalhando em um plano de marketing que prevê cenários para o estado até 2020." Para o secretário, o setor apresenta vários desafios em Santa Catarina, um problema comum a várias regiões brasileiras.

A opinião de Walendowsky é compartilhada por Tarcísio Schmidt, presidente do Sindicato de Bares, Restaurantes e Similares da Grande Florianópolis, para quem a atividade turística ainda é vista com descaso no estado. "Onde estão as prometidas ampliação do aeroporto Hercílio Luz, duplicação do trecho sul da BR-101 e a recuperação da SC-401? São obras das quais muito se fala, mas que não se realizam. Nem mesmo a duplicação de um trecho de 3,6 km no acesso ao sul da Ilha foi feito. Não é possível que não exista verba nem para isso", desabafou.

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Andrino (C) conduz reunião promovida pela Comissão de Turismo

Fornecimento de água e energia em xeque

Além de obras viárias, problemas relacionados ao fornecimento de água e luz também foram muito citados, o que levou à manifestação dos representantes da Casan e Celesc.

Osni Souza Filho, diretor de Orçamento e Planejamento e Informação da Casan, afirmou que os problemas de falta d'água acontecem em virtude do incremento de quase 100% na população de Florianópolis, principalmente durante a

virada do ano e no Carnaval. "A Casan está presente em 203 municípios catarinenses e realizamos investimentos continuamente. Até o próximo ano, cerca de R\$ 1 bilhão devem ser investidos em obras de água e saneamento."

Representando a Celesc, Gilberto dos Passos Aguiar afirmou que a companhia é regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estando em dia com as normas regulado-

ras. "Dentro do faturamento anual da empresa, precisamos cumprir vários compromissos e sobra uma pequena margem de investimentos. Ainda assim, conseguimos aplicar R\$ 300 milhões em melhorias no estado em 2009". Aguiar também citou o alto fluxo de turistas durante a temporada, bem como ações na Justiça movidas por moradores, que não querem novas linhas de transmissão construídas perto de suas propriedades.

Segurança pública

Os representantes da Polícia Militar e Capitania dos Portos em SC fizeram um balanço de suas atuações durante a temporada de verão e falaram das perspectivas para a próxima edição. Reconhecendo que o policiamento na temporada não é o ideal, o coronel Nazareno Marcineiro citou números para demonstrar que a PM tem priorizado sua atuação durante a temporada, em operações batizadas Operação Verão.

Marcineiro, chefe do Estado Maior da PM, destacou que a corporação mobilizou entre 19 de dezembro e 7 de março, 8 mil policiais, 2.500 viaturas, quatro aeronaves e 50 embarcações nestas operações, que intensificaram o policiamento

no litoral e estâncias hidromineiras, abrangendo 43 municípios catarinenses, nos quais 30.270 ocorrências foram registradas. "Fazemos estudos preliminares para escolhermos quais delitos devem ser priorizados. Esses mapeamentos que são refeitos todo ano". Segundo ele, a PM tem um projeto de capacitação da corporação para receber os turistas nas entradas das cidades, com entrega de material informativo. "Infelizmente esbarramos no repasse de R\$ 1,2 milhão e não pudemos levá-lo adiante", afirmou.

Implementações em segurança da orla marítima também estão previstas para a próxima temporada. Segundo o capitão José Antônio Gomes da Silva,

representante da Capitania dos Portos de SC, a Marinha deve reforçar a fiscalização de embarcações e atividades de dispositivos rebocados, como banana boat, para prover a segurança dos banhistas. "Na última temporada fizemos 4 mil abordagens e 300 notificações, com o registro de apenas um acidente fatal, índice que podemos considerar excelente".

Homero Gomes, secretário de Turismo de Florianópolis, considerou importante a iniciativa dos parlamentares ao propor a audiência. Gomes sugeriu que os representantes de entidades ligadas ao turismo "antecipem os planejamentos para a próxima temporada, destacando-se o que pode ser priorizado".

COMISSÕES

Mobilização em São Francisco do Sul

Audiência pública discute projeto para construir terminal marítimo na comunidade de Laranjeiras

Alexandre José Back

Atendendo ao pedido de pescadores, sindicalistas e ONGs ambientalistas, a deputada Ana Paula Lima (PT) fará um apelo aos desembargadores para que mantenham a lei ambiental de São Francisco do Sul, impedindo assim a construção do porto privado Mar Azul, na comunidade de Laranjeiras. Promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, a audiência foi realizada dia 31, no salão paroquial da igreja Matriz daquela cidade e contou com a presença de representantes da prefeitura e câmara municipal, pescadores, sindicalistas, representantes da Marinha, Ministério Público Federal, empresa Vega do Sul, deputado federal Décio Lima (PT) e ambientalistas.

O terminal marítimo Mar Azul está em processo de licenciamento ambiental pelo Ibama. Ele foi planejado, inicialmente, para descarga e carregamento de bobinas de aço da empresa Arcelor Mittal Vega (antiga Vega do Sul). Segundo o deputado Dirceu Dresch Dresch (PT), pro-

ponente do debate, entidades sociais e sindicais alertam para os riscos e consequências sociais, econômicas e ambientais que o empreendimento representa, principalmente para a biodiversidade na Baía da Babitonga.

Além disso, o porto privado poderá prejudicar a arrecadação do porto público de São Francisco do Sul, que gera mais de 9 mil empregos diretos e indiretos. Dresch defende a necessidade de um debate responsável sobre o custo benefício do porto Mar Azul. "Com a instalação do terminal privado, a Arcelor Mittal deixará de fazer suas operações no porto público de São Francisco do Sul, o que acarretará prejuízos ao município e ao Estado.

Além disso, o empreendimento tem alto potencial de riscos ambientais, em uma região que possui um ecossistema frágil, muito impactado ao longo dos anos. No aspecto social, há que se avaliar os prejuízos que serão causados aos pescadores artesanais", alertou.

Ana Paula Cortez, representante da Associação Movimento



Comunidade se manifesta contrária à construção do porto privado Mar Azul, temendo pelos prejuízos ao meio ambiente

Ecológico Carijós (Ameca), afirmou que a Vega do Sul estaria traindo a população de São Francisco do Sul. "Quando a empresa se instalou, assinou um protocolo com o estado de Santa Catarina, comprometendo-se a usar o porto de São Francisco do Sul, recebendo inclusive incentivos fiscais. Agora quer mudar o que foi acordado, criando um porto privado". Segundo a ambientalista, a instalação do porto se daria no que antes era uma área de preservação permanente. A construção foi possível graças à aprovação da Lei Municipal

nº 587, de 2007, que modificou as regras referentes ao uso e ocupação do solo, estabelecendo um regimento mais liberal em relação ao meio ambiente em áreas que antes eram destinadas à proteção ambiental.

Diante da situação em 2008, o Ministério Público estadual deflagrou a ADIN 2008.009253-3, requerendo a declaração de inconstitucionalidade da lei, por violar artigos 16 e 181 da Constituição Estadual.

A ação seria julgada no dia 2, mas foi adiada diante do pe-

dido de vista do desembargador Newton Trisotto. A próxima sessão será no dia 16.

O relator da ação, desembargador Sérgio Izidoro Heil, adiantou que deve apresentar relatório julgando procedente a ação. "Não devemos buscar o progresso a qualquer custo, mas sempre procurando o equilíbrio entre as demandas da sociedade e a preservação do meio ambiente. Perderemos 700 mil metros quadrados de área verde e não há garantias de que se criem os empregos prometidos", explicou.

Secretário de Educação esclarece terceirização da merenda

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Pedro Uczai (PT), recebeu, na noite do dia 1º, o secretário de Estado de Educação, Silvestre Herdt, e a diretora de Assistência ao Estudante, Rogéria Diégoli. Eles foram convidados a prestar esclarecimentos sobre a terceirização da merenda escolar na rede estadual de ensino.

A reunião contou ainda com a participação dos deputados Serafim Venzon (PSDB), Darci de Matos (DEM), Lício Mauro da Silveira (PP), Valdir Cobalchini (PMDB) e Dirceu Dresch (PT), além de representantes do Conselho de Alimentação Escolar e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte).

Os deputados questionaram o secretário sobre o custo da terceirização, a demissão das merendeiras e o não cumprimento da lei que obriga a compra de 30% dos alimentos diretamente da agricultura familiar.

Herdt argumentou que a alimentação escolar não faz parte da atividade fim da escola, que é educar. "A merenda é uma tarefa secundária, que a empresa responsável tem condição de desenvolver com mais profissionalismo, respeitando as normas de higiene e nutrição." Disse

também que a situação das antigas merendeiras estava irregular porque não eram servidoras do Estado, mas agentes contratadas pelas Associações de Pais e Professores (APPs), processo que o Tribunal de Contas exigia que fosse regularizado.

Sobre os aspectos mais específicos do edital de licitação Rogéria Diégoli assegurou que a secretaria cumpriu rigorosamente o que está previsto em lei. Ela reconheceu que houve problemas nas escolas, no início da operação, mas assegurou que todas as dificuldades estão sendo resolvidas. Em relação às merendeiras, afirmou que elas tiveram prioridade na contratação pelas empresas terceirizadas, mas muitas não quiseram manter o emprego, pois

receberiam salários mais baixos, e outras não foram aprovadas nos exames de saúde.

Como presidente do Conselho de Alimentação Escolar, Antonio Augusto Mendes dos Santos exigiu que o órgão tenha possibilidade de realizar fiscalizações para avaliar o cumprimento das regras previstas no edital, por parte das quatro empresas contratadas. Ele denunciou que a compra de 30% de produtos da agricultura familiar não está ocorrendo porque algumas empresas não querem pagar o preço justo ao agricultor e estão trazendo alimentos de fora do Estado. Santos exibiu fotos com alimentos em estado de deterioração que, segundo ele, estariam sendo recebidos nas escolas.



Comissão de Educação questiona secretário Silvestre Herdt sobre processo

Deputados criticam custo

Lício Mauro da Silveira questionou o custo da terceirização. Lembrou que o Estado gastava R\$ 69 milhões com a alimentação escolar, valor que passará para R\$ 146 milhões, quando 100% das escolas tiverem aderido ao novo modelo. O parlamentar afirmou que não entende "essa matemática, pois o Estado está desembolsando mais, no entanto, as funcionárias estão ganhando menos". Na mesma linha, Valdir Cobalchini manifestou preocupação com a demissão das merendeiras e pediu mais esclarecimentos sobre o aspecto financeiro.

Pedro Uczai questionou o princípio da terceirização e defendeu o aperfeiçoamento do modelo anterior, de autogestão da alimentação escolar.

"Não concordo com essa visão de que somente a iniciativa privada tem capacidade de administrar. O Estado poderia qualificar os seus agentes, contratar pessoal e oferecer a merenda escolar com qualidade, a um custo mais baixo",

defendeu. Uczai disse ainda que o edital fez exigências muito severas, impedindo que empresas regionais pudessem participar. "Não acredito que uma empresa privada vá seguir critérios sociais, importando-se com a geração de renda local e o fortalecimento da agricultura. A empresa privada visa lucro, vai buscar preços mais baixos e trazer produtos de outros estados", completou.

Analisando as semelhanças com o modelo de terceirização implantado em São Paulo, Darci de Matos argumentou que o projeto vai dar certo porque tem como objetivo economia e qualidade. Já Serafim Venzon acredita que a terceirização é uma tendência de mercado e parabenizou a Secretaria de Educação pela iniciativa. "A especialização da escola é educar. O sistema anterior de merenda escolar era empírico, agora passou a ser um serviço técnico, realizado dentro das normas e com mais segurança para os estudantes", opinou.

PLENÁRIO

Promulgada PEC que amplia fiscalização

Transferência acionária de empresas públicas vai depender de autorização legislativa

Eduardo Guedes de Oliveira



Presidente Merisio promulga emenda sob os aplausos de Pedro Uczai

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), sancionou dia 1º a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 03/10, de autoria do deputado Pedro Uczai (PT). A emenda dá nova redação ao artigo 13 da Constituição do Estado e estabelece que a alienação ou qualquer transferência de controle acionário de empresas públicas depende de autorização legislativa, com posterior consulta popular sob a forma de referendo.

Na condição de autor, Uczai agradeceu aos 19 parlamentares que originalmente assinaram a proposta, para que ela pudesse

tramitar, e aos deputados que aprovaram a matéria em plenário, por unanimidade, no dia 25 de maio. Citou também a participação dos sindicatos e de trabalhadores nesse processo. "Acabou a insegurança. As empresas públicas agora podem planejar seu futuro e promover investimentos, sem o fantasma da privatização. Pode até privatizar, mas apenas se o povo de Santa Catarina concordar", disse. Na opinião do parlamentar, água, energia e saneamento são áreas estratégicas de atuação do Estado, que sai fortalecido com a aprovação da PEC.

A proposta de Uczai foi apro-

vada em plenário com Emenda Substitutiva Global do deputado Elizeu Mattos (PMDB), líder do governo, que especificou quais são as sociedades de economia mista que estarão sujeitas a essa nova regulamentação: Casan, Celesc e a subsidiária Celesc Distribuição. No ato de promulgação da PEC, Mattos esclareceu que a emenda substitutiva foi acordada com os sindicatos e a direção das empresas, de modo a garantir que o texto mantivesse a Casan e a Celesc públicas, sem engessar a administração. "A emenda constitucional torna as empresas mais fortes e mais catarinenses", frisou.

APROVADOS

Gratificação

Aprovada a Medida Provisória 179/10, que institui a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural, abrangendo os servidores das secretarias da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Assistência Social, do Trabalho e Habitação e do Desenvolvimento Econômico Sustentável. O benefício será pago no período compreendido entre maio de 2010 e junho de 2011 e não se aplica aos inativos.

Cartões magnéticos

O Plenário deu sinal verde, dia 2, ao substitutivo global do deputado Kennedy Nunes (PP) ao Projeto de Lei 432/09, do deputado Carlos Chiodini (PMDB), que proíbe o envio de cartões magnéticos de instituições comerciais e financeiras sem autorização expressa do interessado. O órgão de defesa do consumidor será o caminho para protocolar reclamação.

Agências bancárias

O plenário autorizou, dia 2, o Projeto de Lei 38/10, do deputado Derli Rodrigues (PPS), que dispõe sobre o tempo limite de atendimento ao consumidor nas agências bancárias. O projeto altera a redação do inciso II, artigo 2º, da Lei 12.573, de 4 de abril de 2003, passando de 30 para 20 minutos o período de tolerância na fila de espera.

Conforme o parlamentar, a

PEC

Com a previsão de R\$ 70 milhões a mais para investimentos na área da saúde, o deputado Dado Cherem (PSDB) teve aprovada a Proposta de Emenda Constitucional 5/10, na sessão do dia 2. O projeto dá nova redação ao Artigo 50 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, determinando que os gastos com inativos da área da saúde não podem ser computados pelo Estado na apuração do montante mínimo de 12% a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

A proposta também determina que a instituição que enviar o cartão sem a solicitação do consumidor será penalizada com multa de R\$ 2 mil por infração, dobrada a cada reincidência.

Este valor será reajustado anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado (IGPM/FGV) ou por outro que vier a substituí-lo.

iniciativa pretende garantir a devida atenção ao consumidor, estabelecendo um tempo de espera que ele considera mais razoável.

Na justificativa do projeto, o deputado diz ainda que os "cidadãos consumidores devem ter seus direitos assegurados" e que as agências bancárias precisam adequar-se às necessidades de seus clientes e correntistas.

Velocidade

O limite de velocidade em lombadas eletrônicas situadas em rodovia estadual que cruze perímetro urbano fica limitado em 50 quilômetros por hora. É o que estabelece o Projeto de Lei 172/08, do deputado Ivan Naatz (PV), aprovado no dia 2.

O objetivo da matéria é o de uniformizar o controle de velocidade nas rodovias estaduais em todos os municípios de Santa Catarina. Conforme o parlamentar, em um mesmo município, existem lombadas com velocidades variadas, o que confunde os motoristas, que deveriam se preocupar exclusivamente com o limite de velocidade, mas precisam ficar atentos às variações previstas nas placas.

Resíduos

Foi aprovado, dia 2, o Projeto de Lei 277/08, do deputado Gelson Merisio (DEM), com substitutivo global do deputado Edison Andrino (PMDB), que veda o ingresso de resíduos sólidos com características radioativas e de resíduos orgânicos. O material pode ser oriundo ou não de frigoríficos e abatedouros, que apresentem riscos fitossanitários, tais como a disseminação de febre aftosa ou outras zoonoses.

No transporte externo de resíduos sólidos, o gerador, o transportador e o destinatário devem atestar, sucessivamente, a efetivação, transporte e recebimento dos resíduos por meio de assinatura, carimbo, selo ou equivalente, documento do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).

Lâmpadas fluorescentes

Projeto de Lei nº 17/09, de autoria do deputado Gerson Merisio (DEM), aprovado dia 2, obriga os estabelecimentos que comercializam lâmpadas fluorescentes a disponibilizarem aos consumidores lixeira para coleta quando descartadas ou inutilizadas.

De acordo com o parlamentar, anualmente o Brasil produz 48,5 milhões de lâmpadas contendo mercúrio, sendo 32 milhões de lâmpadas fluorescentes, 9 milhões de lâmpadas de descarga e 7,5 milhões de lâmpadas fluorescentes compactas devido ao racionamento de energia.

"A alternativa visa reduzir o

gasto energético com a substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes, porém a falta de um destino certo para as lâmpadas trocadas é um problema, uma vez que o descarte dessas lâmpadas fluorescentes carece de cuidados especiais", argumentou.

Para Merisio, a proposta vai descartar o risco das lâmpadas lançadas no lixo das residências, estabelecimentos comerciais, industriais, lixões dos municípios ou aterros sanitários virem a contaminar o solo, lençóis freáticos e plantações de alimentos, além do perigo de entrarem na cadeia alimentar humana ou serem inaladas diretamente.

Cotas de estágio

Dez por cento das vagas de estágio em poderes e órgãos da administração pública estadual devem ser reservados para alunos com deficiência. É isso que prevê o Projeto de Lei 7/10, do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), aprovado dia 2. Para preenchimento dessa cota, podem ser consideradas deficiências física, mental, au-

ditiva e visual.

Conforme o autor, o propósito é dar oportunidade de estágio aos alunos com deficiência que cursam o ensino médio ou superior, em consonância com inciso IV do art. 203 da Constituição Federal, que estabelece a promoção da integração das pessoas com deficiência na vida comunitária.

Lei sobre preços

De autoria do deputado Renato Hinnig (PMDB), a Assembleia Legislativa deu sinal verde, dia 2, ao Projeto de Lei nº 116/10, que altera a redação do artigo 3º da Lei Estadual nº 14.993/09, que regulamenta informações sobre preço de produtos, inclusive no

que se refere ao quilo, litro ou metro. Com as disposições contidas nesta lei, o prazo para adequação é de 12 meses, contados de sua publicação, caso contrário o estabelecimento sofre as seguintes penalidades: vetado, multa de R\$ 1 mil e interdição.

INSTITUCIONAL

A maior escola pública da América Latina

Instituto Estadual de Educação, localizado em Florianópolis, comemora 118 anos de fundação

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



Coral Vozes do Amanhã, do IEE, se apresenta durante a sessão especial, prestigiada por pais, alunos e professores da instituição, referência em educação pública em Santa Catarina

Lisandrea Costa

Considerado a maior escola pública da América Latina, o Instituto Estadual de Educação (IEE), de Florianópolis, foi homenageado, dia 8, em sessão especial da Assembleia Legislativa. Centenas de alunos, professores e pais prestigiaram a solenidade, proposta pela deputada Professora Odete de Jesus (PRB) em comemoração aos 118 anos da instituição.

Odete justificou que a home-

nagem foi concedida não apenas pelo aniversário de 118 anos, "mas como reconhecimento à história de sucesso do IEE, que é referência em Santa Catarina, assim como em toda a América Latina".

A deputada lembrou também que foi autora de um projeto de lei que autorizou a Secretaria de Estado da Educação a criar turmas gratuitas de pré-vestibular para alunos da rede pública e que a primeira turma foi formada justamente no Instituto Estadual de Educação.

"Hoje o pré-vestibular gratuito já funciona em 39 municípios e, graças a esse projeto, muitos estudantes carentes estão ingressando nas universidades", disse.

Já o deputado Reno Caramori (PP) lembrou que muitas autoridades, políticos e profissionais das mais diversas áreas passaram pelos bancos escolares do Instituto. Falando aos estudantes que participaram da sessão, recomendou dedicação aos estudos e comentou que "é muito mais difícil

ser professor do que ser aluno".

A placa em homenagem à instituição foi entregue pelos parlamentares à diretora-geral, Gilda Mara Marcondes Penha, que agradeceu a Assembleia pelo reconhecimento e falou sobre o desafio da escola nos dias de hoje. "Precisamos nos ocupar de formar não apenas estudantes, mas cidadãos comprometidos com o mundo em que vivem." Segundo ela, o IEE firmou-se, nos últimos anos, como um espaço de utilidade pú-

blica, aberto à comunidade, que oferece uma série de atividades diversificadas, tais como música, dança, cursos de idiomas e modalidades esportivas.

Mais de 4,7 mil alunos cursam o ensino regular no IEE, que abrange da educação infantil ao nível médio. Fundado como Escola Normal Catarinense, em 10 de julho de 1892, pelo tenente Manoel Joaquim Machado, o Instituto conta atualmente com cerca de 300 professores.

Corais e ginastas brilham sessão

O secretário de Estado da Educação, Silvestre Herdt, parabenizou a Professora Odete pela sensibilidade e inspiração de homenagear a maior escola pública catarinense. Ele disse ter convicção de que a juventude do presente e do futuro precisa de uma escola diferente, que motive o jovem a buscar conhecimento. "A escola é o espaço onde se aprende, não o lugar onde simplesmente se ensina", refletiu.

A solenidade foi abrilhantada pela participação do Coral Vozes do Amanhã, do IEE, e do Coral Encantos de Florianópolis, que interpretaram o hino nacional e outras músicas, sob a regência do maestro Robson Medeiros Vicente, com acompanhamento do tecladista Ramon Pereira da Silva. A atleta Sanara Schufler, também aluna da instituição homenageada, fez uma apresentação de ginástica rítmica intitulada "À mão livre".



Deputado Caramori e deputada Professora Odete, autora da homenagem, entregam placa à diretora, Gilda Mara